Art. 3º Nos dias 5 e 6 de maio poderá ser realizado plantão, limitado a 7 horas diárias, nos cartórios eleitorais, centrais de atendimento ao eleitor e postos eleitorais, a critério do Juiz Eleitoral, mediante requerimento dirigido à Presidência.

Art. 4º Fica autorizada a realização de serviço extraordinário nas datas relacionadas nos artigos 2º e 3º desta Portaria, dispensada a observância de, no mínimo, 1 hora para repouso ou alimentação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação na Intranet.

DESEMBARGADOR CARLOS CINI MARCHIONATTI

Presidente

PORTARIA P N. 074, DE 06 DE ABRIL DE 2018.

O DESEMBARGADOR CARLOS CINI MARCHIONATTI, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, COM FUNDAMENTO NA RESOLUÇÃO TSE N. 23.448/2015, RESOLVE

Art. 1.º Dispensar a servidora Jussany Rieger, requisitada da Prefeitura Municipal de Estrela/RS, da Função Comissionada de Assistente I (FC-1) da 021ª Zona Eleitoral – Estrela/RS, a partir de 12-4-2018.

Art. 2.º Dispensar a servidora Franciele Pinheiro Machado, Técnica Judiciária, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, da Função Comissionada de Chefe de Cartório (FC-6) da 154ª Zona Eleitoral - Arroio do Tigre/RS, a partir de 02-4-2018, e designá-la para a Função Comissionada de Assistente I (FC-1) da 021ª Zona Eleitoral - Estrela/RS, a partir de 12-4-2018.

Art. 3.º Dispensar o servidor Cristiano Hagberto Fagundes Guimarães, requisitado da Prefeitura Municipal de São Francisco de Assis/RS, da Função Comissionada de Assistente I (FC-1) da 079ª Zona Eleitoral - São Francisco de Assis/RS, a partir de 12-4-2018.

Art. 4.º Designar Giordana Minosso Bolzan, Analista Judiciária, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para a Função Comissionada de Assistente I (FC-1) da 079ª Zona Eleitoral - São Francisco de Assis/RS, a partir de 12-4-2018.

Art. 5.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DESEMBARGADOR CARLOS CINI MARCHIONATTI,

PRESIDENTE.

PORTARIA P N. 77, DE 6 DE ABRIL DE 2018.

Regulamenta a implantação de novas classes processuais no Processo Judicial Eletrônico (PJe), no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul.

O Desembargador Carlos Cini Marchionatti, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONSIDERANDO a Resolução TSE n. 23.417, de 11 de dezembro de 2014, que instituiu o Processo Judicial Eletrônico (PJe) da Justiça Eleitoral;

CONSIDERANDO a Resolução TRE-RS n. 273, de 19 de março de 2016, que regulamenta a utilização do PJe neste Tribunal;

CONSIDERANDO a determinação contida na Portaria TSE n. 885, de 22 de novembro de 2017, que amplia a obrigatoriedade de utilização do PJe para propositura e tramitação em novas classes processuais;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar, a partir de 30 dias da publicação desta portaria, a utilização obrigatória do PJe para a propositura e tramitação das seguintes classes processuais, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (art. 38, § 1º, da Resolução TSE n. 23.417/2014):

I - Ação Penal (AP);

II - Apuração de Eleição (AE);

III - Consulta (Cta);

IV - Correição (Cor);

V - Embargos à Execução (EE);

VI - Execução Fiscal (EF);

VII - Pedido de Desaforamento (PD);

VIII - Recurso em Habeas Corpus (RHC);

IX - Recurso em Habeas Data (RHD)

X - Recurso em Mandado de Injunção (RMI);

XI - Recurso em Mandado de Segurança (RMS);

XII - Registro de Candidatura (RCand);

XIII - Registro de Comitê Financeiro (RCF);

XIV - Registro de Órgão de Partido Político em Formação (ROPPF);

XV - Revisão Criminal (RvC);

XVI - Revisão de Eleitorado (RvE).

§ 1º Os autos das classes processuais constantes nos incisos do presente artigo e aquelas abrangidas pela Resolução TRE-RS n. 273/2016 e Portaria TRE-RS P n. 135/2017 que atualmente tramitam em meio físico no TRE-RS não serão digitalizados para tramitação no PJe, tampouco para remessa ao Tribunal Superior Eleitoral.

§ 2º As petições, manifestações e recursos interpostos das decisões tomadas em processos eletrônicos deverão ser obrigatoriamente eletrônicos, não sendo admitida a apresentação por outro meio.

§ 3º Os arquivos destinados aos processos com tramitação no PJe deverão ser digitalizados com Reconhecimento Ótico de Caracteres (OCR), de maneira a permitir a leitura por pessoas com deficiência visual.

Art. 2º As classes processuais Recurso Criminal (RC) e Recurso Eleitoral (RE) tornar-se-ão de tramitação obrigatória no PJe somente após a implantação de suas respectivas classes processuais originárias no Primeiro Grau de Jurisdição da Justiça Eleitoral do Rio Grande do Sul.

Art. 3º A classe processual Inquérito (Inq) tramitará em meio físico, sendo inserida no PJe apenas no caso de recebimento da denúncia pelo Tribunal, ocasião em seus autos serão digitalizados e autuados pela Secretaria do Tribunal na classe processual adequada com a respectiva certificação.

Art. 4º Caso haja remanescente físico de processos relativos ao encaminhamento de Lista Tríplice (LT); às classes processuais Criação de Zona Eleitoral ou Remanejamento (CZER), Processo Administrativo (PA), Consulta (Cta), Conflito de Competência (CC), Petição (Pet) e Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED) destinados originariamente ao Tribunal Superior Eleitoral; assim como às declinações de

competência ao TSE, a Secretaria Judiciária providenciará a digitalização dos autos e o envio ao TSE mediante peticionamento diretamente no PJe implantado naquele Tribunal.

Art. 5º Permanecem em vigor os demais atos normativos relacionados ao PJe, em especial a Resolução TRE-RS n. 273/2016 e a Portaria TRE-RS P n. 135/2017.

Art. 6º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador Carlos Cini Marchionatti,
Presidente.

Despachos

PROCESSO CLASSE: PC N. 64-60.2016.6.21.0000 PROTOCOLO: 224752016

RELATOR(A): DESEMBARGADOR CARLOS CINI MARCHIONATTI

MUNICÍPIO: PORTO ALEGRE

ESPÉCIE: PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE EXERCÍCIO FINANCEIRO - DE PARTIDO POLÍTICO - ÓRGÃO DE DIREÇÃO REGIONAL - EXERCÍCIO 2015

Interessado(s): SOLIDARIEDADE - SD (Adv(s) Everton Luís Correa da Silva OAB/RS 107.391, Guilherme Heck de Aguiar OAB/RS 90.759, Jefferson dos Santos OAB/RS 100.220 e Luis Fernando Coimbra Albino OAB/RS 52.671), FÁTIMA CAROLINA OLIVEIRA DOS SANTOS e CLAUDIO RENATO GUIMARÃES DA SILVA (Adv(s) Everton Luís Correa da Silva OAB/RS 107.391, Guilherme Heck de Aguiar OAB/RS 90.759, Jefferson dos Santos OAB/RS 100.220 e Luís Fernando Coimbra Albino OAB/RS 52.671)

Vistos, etc.

Trata-se de Prestação de Contas do Diretório Regional do Partido Solidariedade - SD, pertinentes ao exercício financeiro de 2015, com decisão transitada em julgado que determinou o recolhimento de valores ao Tesouro Nacional.

O montante atualizado dos valores a serem recolhidos é de R\$ 2.733,07 (dois mil setecentos e trinta e três reais e sete centavos), conforme demonstrativo de fls.485-486.

Isso posto, para dar cumprimento ao acórdão, com base na Resolução TSE n. 23.546/17, art. 60, I, "b" e na Resolução TRE-RS n. 298/17, art. 13, determino A INTIMAÇÃO das partes interessadas, na pessoa de seus advogados, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuem o recolhimento do valor integral do débito, através de GRU a ser disponibilizada pela Secretaria Judiciária, ou requeiram o seu parcelamento.

Transcorrido o prazo sem a comprovação do pagamento, encaminhem-se as peças necessárias à Advocacia-Geral da União para que promova as medidas necessárias para a cobrança do valor devido.

Publique-se.

Porto Alegre, 09 de abril de 2018.

DESEMBARGADOR CARLOS CINI MARCHIONATTI,
Presidente do TRE-RS.

Atos da Secretaria

Portarias

PORTARIA SGP N. 05, DE 09 DE ABRIL DE 2018.

GUSTAVO LOTUFFO STRADOLINI, SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1.º Delegar competência ao Chefe da Seção de Assistência Médico-Odontológica Ambulatorial, ou a seu substituto, para conceder licença aos servidores que se encontrarem impossibilitados para o exercício de suas funções, em virtude de tratamento da própria saúde ou de pessoal da família.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO LOTUFFO STRADOLINI,
Secretário de Gestão de Pessoas.

ZONAS ELEITORAIS

10ª Zona Eleitoral

Nota de Expediente

NOTA DE EXPEDIENTE N. 078/2018 - 10 ZE/RS

PROCESSO CLASSE: PC - 40-36.2015.6.21.0010

PRESTAÇÃO DE CONTAS - DE EXERCÍCIO FINANCEIRO - 2014 - PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

PROCEDÊNCIA: Novo Cabrais

JUIZ ELEITORAL: AFONÇO CARLOS BIERHALS

PARTIDO(S) : PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB DE NOVO CABRAIS/RS (ADV(S) ROSANA MARISA LARA-OAB 46557)

RESPONSÁVEL(S) : RENILDO SCHAURICH, JOICE LISETE SCHAURICH, PEDRO HENRIQUE GEWERH E UILIAM MATEUS WOLLMANN (ADV(S) ROSANA MARISA LARA-OAB 46557)

Vistos, etc.

Trata-se da prestação de contas partidárias anual do PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB de Novo Cabrais/RS, referente ao exercício financeiro de 2014.

O partido apresentou as contas, intempestivamente, com os demonstrativos exigidos pela norma regente, bem como os livros contábeis (Diário e Razão), anexados aos autos.